

ação ergonômica volume 6, número 1

ANÁLISE DE ADEQUAÇÃO À NBR 9050/2004 EM EDIFÍCIO PÚBLICO: O CASO DO ESPAÇO CULTURAL EM JOÃO PESSOA-PB

Angelina Dias Leão Costa

Universidade Federal da Paraíba
angelinadlcosta@yahoo.com.br

Larissa Scarano Pereira Matos da Silva

Universidade Federal da Paraíba
larissascarano@hotmail.com

Marjorie Maria de Abreu Gomes

Universidade Federal da Paraíba
marjorie.abreu@hotmail.com

Resumo: O acesso e permanência, sem barreiras, em espaços públicos é um direito de todos. Este artigo analisou as condições de acessibilidade do Espaço Cultural José Lins do Rego em João Pessoa - PB conforme a NBR 9050/2004. Após um levantamento físico e fotográfico da área, foi aplicado um roteiro de avaliação baseado na legislação vigente seguido da realização de passeio acompanhado para uma posterior sistematização dos dados. Diagnosticou-se que o Espaço Cultural não está de acordo com a norma, constituindo-se em um lugar despreparado para receber a todos sem restrição, como deveria.

Palavras chave: Acessibilidade, Espaços Públicos, Centros Culturais

Abstract: *The access and retention, without barriers in public spaces is a universal right. This article examined the accessibility conditions of Cultural José Lins do Rego in Joao Pessoa - PB according to NBR 9050/2004. After a physical and photographic survey of the area, we applied a screenplay based on the evaluation of legislation followed the completion of a tour together for further systematic data. It was diagnosed that the Cultural Center is not in accordance with the standard, being in a place unprepared to receive them without restriction, as it should.*

Keywords: *Accessibility, Public Spaces, Cultural Centers*

1. INTRODUÇÃO

O homem não dedica seu tempo apenas para o lazer recreativo, como festas, práticas esportivas e visitas a parques e clubes, mas também à contemplação, participação, e expressão da cultura, sendo esta, muitas vezes, praticada em espaços próprios chamados de centros culturais (OLIVEIRA, 2006).

Sua principal função é contemplar as mais diferentes expressões artísticas e culturais de um povo. Por outro lado, de acordo com o Ministério da Cultura em seu artigo XVII, todos têm o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. A cultura, assim como, a passagem e/ou permanência onde ocorram as atividades culturais é um direito de todos, porém esses lugares acabam sendo “espaços deficientes”¹, pois foram projetados desconsiderando a diversidade humana, excluindo muitas vezes, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; sem se ater ao desenho universal.

Segundo Rosso (2009) o Desenho Universal é um desenho de qualidade, no qual, além de requisitos estéticos, é fundamental o fácil entendimento sobre o uso (legibilidade), a segurança, custos acessíveis – uma construção adaptada custa no máximo 1% mais caro que as convencionais – e o conforto para todos.

Oliveira (2006) defende que proporcionar boas condições de uso do espaço, assim como criar meios para boa comunicação e informação, é uma das ações mais importantes para que as pessoas com deficiências consigam usufruir do seu direito ao lazer, possam ampliar sua convivência social e ter acesso à cultura.

Ou seja, a importância de adaptação de um espaço, seja ele público ou privado, contribui para uma vida mais inclusiva, proporcionando um maior convívio social e estímulo pessoal.

O direito de igualdade a todos os cidadãos sem qualquer forma de discriminação é garantido pela Constituição Brasileira desde 1988. Da mesma forma, o Decreto Federal nº 5.296/2004 (ABNT, 2004), diz que a acessibilidade está relacionada em fornecer condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. E para seu cumprimento, a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004), normatiza a acessibilidade de pessoas com deficiência em edificações públicas, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos.

Esse artigo apresenta um estudo realizado no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, localizado na cidade de João Pessoa/PB. Inaugurado em 1982, oferece ao público um amplo programa que inclui: arquivo histórico, museus, teatros, escolas de música e dança, bibliotecas, planetário, pista de patins, auditórios, bancos, praça coberta com capacidade para 15mil pessoas, estacionamento, boxes de lojas e serviços, distribuídos em diversos pavimentos acessados através de rampas e escadas. Constitui-se em um ambiente muito importante para a vida cultural da cidade – é onde se realizam festivais, feiras de artes, apresentações -, recebendo sempre grande fluxo de pessoas e eventos durante todo o ano (Figura 01).

Considerando que é um edifício público e que o acesso à cultura é um direito de todos, pressupõe-se que esses espaços oferecidos à sociedade sejam acessíveis,

¹ Segundo Duarte e Cohen (2004), são espaços construídos que não estão preparados para receber a todos sem restrição.

garantindo livre circulação, sem barreiras arquitetônicas.



Figura 01: Vista externa do Espaço Cultural José Lins do Rego – João Pessoa/PB. Fonte: <http://www.pgj.pb.gov.br/site/Internet/Conteudo/Materias/print.php?categoria=&idMateria=1185>

O Espaço Cultural divide-se em três principais pavimentos, com os seguintes ambientes:

Subsolo (nível -2,00m)

- Arquivo Histórico Waldermar Duarte (Idealizada pelo jornalista e escritor Waldemar Duarte, reúne documentos importantes do período colonial, imperial e da república, reúne também mais de 200 fotos doadas pelo fotógrafo Gilberto Stuckert em homenagem ao reconhecido fotógrafo e cineasta Walfredo Rodrigues);
- Biblioteca Juarez da Gama Batista (dotada de cabines de estudo, possui 69.000 volumes entre livros e periódicos);
- Escola de dança;
- Museu José Rins do Rego (destina-se à guarda e à exposição de objetos pessoais que marcaram a vida do romancista bem como de peças literárias por ele produzidas);

- Galeria de Arte Archidy Picado;
- Banheiros;
- Boxes e lojas de serviços;

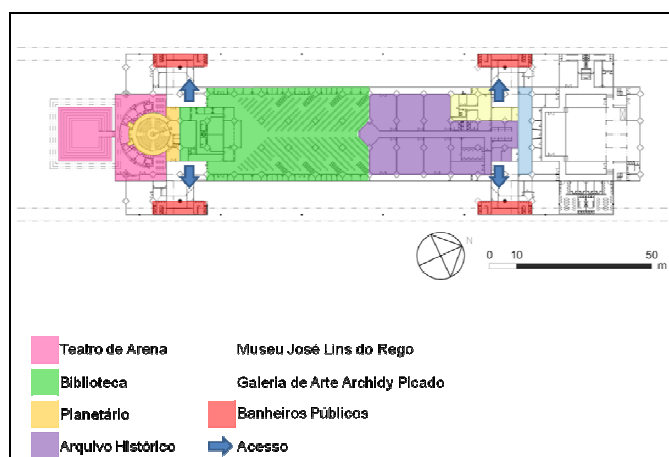


Figura 02. Planta esquemática do nível -2,00m do Espaço Cultural. Fonte: FUNESC adaptado pela equipe.

Térreo (nível 0,0m)

- Bilheteria;
- Recepção;
- Praça do povo (possui 6.480m² de área, e acolhe as mais variadas manifestações artístico-culturais. Conta com grande palco, montado em estrutura metálica, para shows e apresentações artísticas);
- Planetário (com 135 poltronas, modelo artificial de firmamento projetado em uma cúpula circular que, através de equipamentos especiais, permite reproduzir os movimentos dos corpos celestes);
- Teatro de Arena (com capacidade para 1.500 pessoas, destina-se a apresentações artísticas);
- Palco;
- Agências de banco;
- Pista de Patinação;
- Estacionamento;

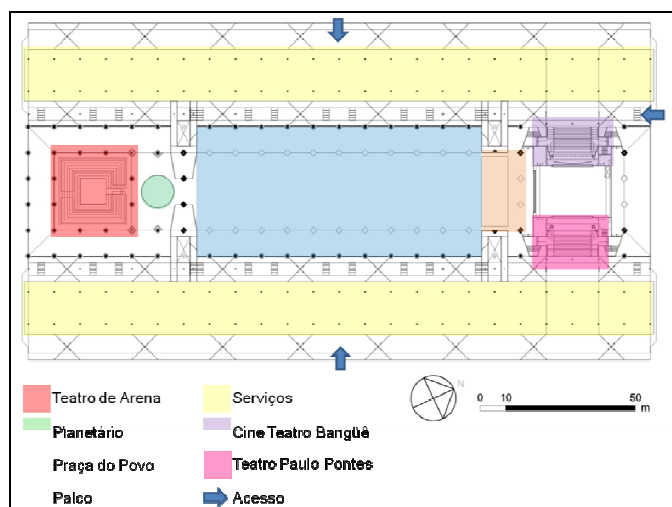


Figura 03. Planta esquemática do nível 0,0m do Espaço Cultural. Fonte: FUNESC adaptado pela equipe.

1º Pavimento (nível +5,175m)

- Mezanino I (com 2.400m² de área, e destina-se à feiras e exposições);
- Mezanino II (com área 2.400m² de área, e possui 6 auditórios com capacidade para 1.000 pessoas);
- Cine Teatro Bangüê (com 648 poltronas, destina-se à programação fílmica e de concertos, funcionando, ainda como local para palestras, seminários e cursos);
- Teatro Paulo Pontes (com 810 poltronas, funciona como casa de espetáculos e como centro de convenções);
- Auditório Azul (com 100 poltronas, destina-se à realização de mini cursos, reuniões, palestras);
- Auditório Verde (com 175 poltronas, destina-se à realização de mini cursos, reuniões, palestras);
- Administração;
- Escola de Música.

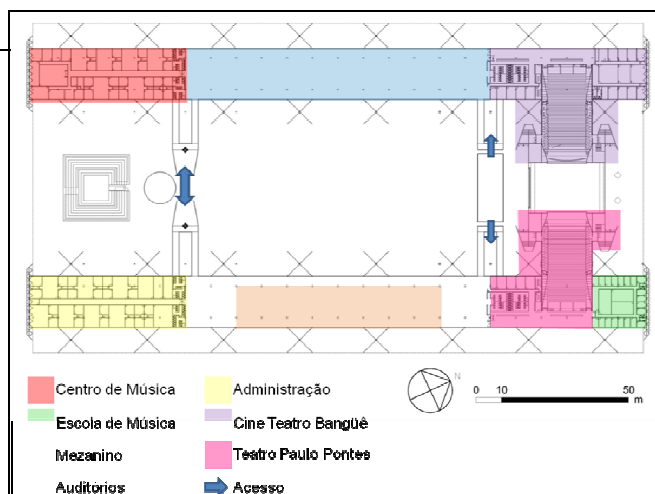


Figura 04. Planta esquemática do nível +5,175m do Espaço Cultural. Fonte: FUNESC adaptado pela equipe.

2. METODOLOGIA

Foram realizadas 04 etapas no estudo da acessibilidade do Espaço Cultural: a primeira constituiu-se em pesquisa bibliográfica e levantamento do estado da arte; seguida, a pesquisa de campo, que consistiu no reconhecimento da área estudada pela técnica de *walkthrough*, na elaboração e aplicação do roteiro de avaliação e no passeio acompanhado; a terceira etapa foi sistematização e análise dos dados – elaboração de diagnóstico. A partir dos resultados foram propostas diretrizes (4ª etapa) para futuras adequações, à luz da NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) (figura 05).



Figura 05. Fluxograma esquemático da metodologia aplicada.

Etapa 01 - Pesquisa bibliográfica e levantamento do estado da arte:

A primeira etapa foi a de pesquisa bibliográfica e levantamento do estado da arte. Pesquisaram-se em artigos apresentados nos principais eventos da área, e na bibliografia clássica; referências relacionadas à temas como: acessibilidade, desenho universal, avaliação pós-ocupação e legislação.

Etapa 02 – Pesquisa de campo

Essa etapa foi desenvolvida com o auxílio de técnicas consagradas de avaliação: *Walkthrough*, roteiro de avaliação e passeio acompanhado. Este conjunto forneceu informações importantes para a análise da acessibilidade do Espaço Cultural.

a) Reconhecimento da área estudada pela técnica de *walkthrough*;

Walkthrough é uma técnica de pesquisa de campo exploratória que gera informações sobre as atividades realizadas no espaço estudado, suas características construtivas e identificam não só suas principais falhas funcionais, mas também as regularidades de comportamento por parte dos usuários, visando uma compreensão geral do mesmo (DEL RIO, 1999).

As visitas realizadas objetivaram reconhecer o espaço construído quanto às condições de acessibilidade a partir de levantamentos arquitetônicos, registros fotográficos, croquis, anotações e observações; buscando também analisar a funcionalidade do ambiente construído, propiciando a indicação dos principais aspectos positivos e negativos do objeto de estudo (ORNSTEIN, 1992).

b) Elaboração e Aplicação do Roteiro de Avaliação;

Baseado nas diretrizes da NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) e no reconhecimento da área, foi elaborado um roteiro de avaliação. A sua finalidade foi de reconhecer minuciosamente as barreiras arquitetônicas existentes, considerando: circulação; mobiliário urbano; rampas; comunicação visual e sinalização; condições de piso; desníveis; banheiros públicos; teatro e cinema; entre outros. O roteiro foi capaz de identificar todas as inconformidades com a norma citada.

c) Passeio Acompanhado;

A técnica do passeio acompanhado consiste em avaliar as condições de uso do espaço físico através da percepção do usuário em situações reais; para isso convidam-se usuários (entrevistados) para descreverem suas impressões ao percorrerem um espaço (DISCHINGER, 2000). Foram convidadas duas pessoas que frequentam Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD: um deficiente visual e um usuário de cadeira de rodas, ambos percorreram boa parte do objeto de estudo, circulando inclusive pelos banheiros públicos, teatros, cinema, entre outros. (figuras 06 e 07).



Figura 06. Fotografia do passeio acompanhado com deficiente visual – Rampa de acesso a Praça do Povo. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.



Figura 07. Fotografia do passeio acompanhado com usuário de cadeira de rodas – Acesso ao Cine Teatro Bangüê. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Durante o percurso os convidados descreveram suas dificuldades, citaram aspectos negativos e positivos e avaliaram as iniciativas de acessibilidade.

Etapa 03 – Sistematização e análise dos dados;

Através de todo o desenvolvimento das etapas citadas, destacando o passeio acompanhado, foi possível fazer uma sistematização dos resultados até então obtidos, comparando-os com a análise das pesquisadoras e sobrepondo as informações. A aplicação das técnicas permitiu um diagnóstico detalhado da situação real do Espaço Cultural.

Etapa 04 – Propostas de diretrizes;

Baseado na análise dos dados foi proposto algumas diretrizes de adequação, à luz da NBR 9050, para o Espaço Cultural.

3. RESULTADOS

Após a análise dos dados diagnosticou-se a atual situação de inacessibilidade no Espaço Cultural.

Dividido em três principais níveis, o piso em grande parte está deteriorado, possui desníveis ao longo da circulação, recebe diferentes revestimentos e apresenta grelhas e juntas com aberturas superiores a 3cm, o que não está em conformidade com a NBR 9050/2004.

O acesso a outros níveis se dá por meio de escadas e rampas, cujas inclinações são em torno de 14% (quando a norma exige 8,33%) que não possuem revestimento antiderrapante e tampouco corrimãos com altura e dimensões adequadas. Já o mobiliário (bancos, lixeiras e orelhões), está bem distribuído no espaço, porém não apresenta qualquer sinalização indicando sua presença. Esse mobiliário é em sua maioria acessível, porém os orelhões não atendem ao conceito do desenho universal, sendo inapropriado devido a sua altura.

O balcão de atendimento existente na entrada principal, além de estar a uma altura superior a 1,05m, não permite aproximação frontal da cadeira de rodas, com altura livre mínima de 73cm embaixo da superfície de trabalho, nem mesmo profundidade livre para aproximação de, no mínimo, 30cm.

Foi observado, através da técnica do passeio acompanhado, que um deficiente visual que nunca esteve no local, ao entrar na edificação, não consegue se orientar, e até mesmo chegar à recepção sem pedir ajuda a alguém. Esses “pequenos” detalhes de construção acabam excluindo pessoas do simples direito de ter acesso a informação, além de não permitir o seu direito de ir e vim com autonomia e segurança.

Há mobiliário urbano distribuído aleatoriamente por todo o espaço, como bancos, orelhões, lixeiras, jarros com plantas, etc.

Não existe uma rota sinalizada com piso tátil, seja ela uma rota externa ou interna. E percebeu-se a ausência de qualquer tipo de sinalização.

O estacionamento não tem delimitações de vagas, tampouco vagas reservadas a idosos e pessoas com deficiência. E o acesso ao interior do edifício possui desnível e é revestido por pedras tipo “seixo”, ficando empoçada em períodos de chuva.

Ao longo da circulação é preciso atravessar algumas calhas protegidas por grelhas com espaçamentos de até 8cm, o que pode causar desconforto aos cadeirantes, tendo o risco de terem as rodinhas das suas cadeiras presas, quando o ideal seria grelhas fora do fluxo principal de circulação e com espaçamentos de no máximo 15mm (figura 08).



Figura 08. Grelha sem manutenção. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

É possível ainda encontrar degraus já nas entradas dos banheiros, impossibilitando assim uma pessoa em cadeira de rodas ter acesso ao local com total autonomia (figura 09).



Figura 09. Fotografia do acesso ao banheiro dificulta a entrada do usuário de cadeira de rodas. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Outro empecilho encontrado na entrada de alguns banheiros é a maçaneta em formato de bola, quando é defendido pela NBR 9050/2004 que as portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, logo suas maçanetas devem ser do tipo

alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m (figura 10).



Figura 10. Fotografia da maçaneta inadequada e degraus na entrada do wc. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Nos Teatros de Arena, Paulo Pontes e Cine Banguê, usam-se acessos alternativos no pavimento térreo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Contudo, ainda não foram criados espaços adequados para usuários de cadeira de rodas, passando, estes, a utilizar a parte mais baixa dos teatros, posição inadequada para visualização e separada do público.

A única maneira de acesso nesses teatros é através de degraus cujos desníveis estão fora de conformidade, no Teatro de Arena, por exemplo, possui espelhos com 33 cm de altura, e os degraus, improvisados, estão inadequados, pois não estão fixos e não possui corrimão (figura 11). Assim como em outros ambientes do espaço cultural, o teatro é desprovido sinalização, visual e tátil.



Figura 11. Assentos do Teatro de Arena – degrau improvisado, que causa desconforto. Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

4. CONCLUSÕES

O Espaço Cultural apresenta-se com sérios problemas de acessibilidade quando deveria ser palco de ações inclusivas, aproveitando seu potencial enorme de educação através da cultura.

Após análise de adequação a NBR 9050/2004 (ABNT, 2004), concluiu-se que é necessária e urgente uma reforma e adaptação, de maneira a contemplar a acessibilidade em todos os ambientes, considerando as reais necessidades dos usuários.

A partir do diagnóstico é possível propor diretrizes básicas, capazes de adequar os espaços à norma e as necessidades reais dos usuários, tais como:

- Regularizar o revestimento do piso desde os acessos externos, incluindo estacionamento, até o interior do edifício e os ambientes de atividades;
- Criar rotas acessíveis considerando os percursos mais utilizados pelos usuários (praça do povo, teatros, planetário e administração);
- Instalar pisos táteis ao redor do mobiliário e equipamento urbano, assim como pisos táteis para indicar situações de perigo, informações quanto à

mudança de direção e a localização do edifício e seus acessos;

- Adequação dos guarda-corpos e corrimãos das rampas, observando suas dimensões e materiais, principalmente a que interligam os diferentes níveis;

- Deve-se utilizar contraste de cor entre os planos do piso (rampas e circulação) e da parede, possibilitando a melhor percepção do espaço por pessoas com baixa visão;

- As circulações devem conectar todos os ambientes do Espaço Cultural, garantindo conforto e segurança no deslocamento do usuário, através de piso adequados e sinalização eficiente;

- Deve existir, ao menos, um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis, considerando dimensões, barras de apoio e giro, conforme os aspectos estabelecidos pela NBR 9050/2004 em cada nível;

- Nos ambientes como cinemas, teatros e auditórios devem estar previstos espaços com dimensões e sinalização adequadas para pessoas em cadeiras de rodas e poltronas destinadas às pessoas com restrição auditiva, visual, com mobilidade reduzida e obesa;

- Todo o mobiliário que os usuários tenham acesso, como nas bibliotecas, deve garantir o alcance visual e manual com conforto e o menor esforço possível;

- Criar alternativas para acessar os diferentes níveis do edifício, através de elevadores ou plataformas elevatórias, de preferência próximas as rampas;

- Sinalizar e reservar no mínimo quatro vagas o estacionamento para pessoas com deficiência.

Além disso, é importante uma conscientização quanto à importância da acessibilidade em espaços

públicos, já que os mesmos devem, por lei, oferecer a sociedade condição para utilização do espaço. Com as devidas adequações, baseadas na legislação vigente, é possível através de pequenas mudanças, sejam elas físicas ou atitudinais, adaptar o Espaço Cultural para que continue com a sua função de divulgar a cultura, integrando a todos sem nenhuma restrição.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens.** Göteborg, Suécia, 2000. – Department of Space and Process, School of Architecture, Chalmers University of Technology.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. **Acessibilidade Espacial em Centro Cultural: estudo de casos.** Florianópolis, 13 de março de 2006, 213 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2006.

ORSTEIN, Sheila W. **Avaliação pós-ocupação do ambiente construído.** São Paulo, Studio Nobel: EDUSP, 1992.

ROSSO, Silvana Maria. **Arquitetura Inclusiva.** AU- Arquitetura e Urbanismo. 180. Ed. Março/ 2009. Fonte: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/180/arquitetura-inclusiva-acessibilidade-128101-1.asp>. Acesso em 01/06/2009.